

Desafios e consequências da queda nas taxas de vacinação pediátrica no Brasil

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.001-012>

Bárbara Mariana Fernandes Salvador de Oliveira

Acadêmicos de Medicina do UNITPAC ARAGUAÍNA

Camila Karielle Sousa Carvalho Pinto

Acadêmicos de Medicina do UNITPAC ARAGUAÍNA

Emilly Lessa Silva

Acadêmicos de Medicina do UNITPAC ARAGUAÍNA

Gabriel Lopes Cruz

Acadêmicos de Medicina do UNITPAC ARAGUAÍNA

Gabryella Trindade Vieira

Acadêmicos de Medicina do UNITPAC ARAGUAÍNA

Maria Clara Genelhú Carreira

Acadêmicos de Medicina do UNITPAC ARAGUAÍNA

Maria Eduarda Mourão Negreiros

Acadêmicos de Medicina do UNITPAC ARAGUAÍNA

Mateus Merlin Meurer

Acadêmicos de Medicina do UNITPAC ARAGUAÍNA

Vitória Resende Lopes

Acadêmicos de Medicina do UNITPAC ARAGUAÍNA

Vitor Emanuel Barbosa da Silva

Acadêmicos de Medicina do UNITPAC ARAGUAÍNA

RESUMO

Nas últimas décadas, a vacinação infantil tem desempenhado um papel crucial na prevenção de doenças graves em crianças globalmente. Embora não tenha acesso a dados específicos dos últimos 25 anos, em geral, programas de imunização coordenados por organizações de saúde, como a OMS, têm contribuído para a redução significativa da incidência de doenças evitáveis por vacinação, como sarampo e poliomielite. A promoção de altas taxas de cobertura vacinal permanece uma prioridade para garantir a saúde infantil e combater surtos de doenças infecciosas. Recomenda-se consultar fontes locais e internacionais para obter dados detalhados sobre a vacinação infantil em períodos específicos e regiões.

Palavras-chave: Vacinação infantil, Prevenção, Promoção de saúde.



1 INTRODUÇÃO

A prática da vacinação teve início no final do século XVIII. O médico britânico Edward Jenner é frequentemente creditado por desenvolver a primeira vacina, que foi contra a varíola, uma doença viral grave. Observando que as pessoas que contraíam a varíola bovina pareciam estar imunes à varíola humana, Jenner realizou a primeira inoculação deliberada em 1796. Ele usou material retirado de uma pústula de varíola bovina e aplicou-o a um jovem chamado James Phipps. Essa inovação marcou o início da era da vacinação. Desde então, a prática evoluiu, resultando no desenvolvimento de várias vacinas para prevenir uma ampla gama de doenças infecciosas.

A vacinação no Brasil teve início oficialmente em 1804, durante a administração do Vice-Rei Fernando José de Portugal. Nessa época, foram realizadas as primeiras campanhas de vacinação contra a varíola no país. No entanto, a prática da vacinação foi se desenvolvendo ao longo dos anos. O Instituto Vacínico, criado em 1900, desempenhou um papel importante na produção e distribuição de vacinas no Brasil. Em 1973, foi criado o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que se tornou referência internacional. O PNI é responsável por coordenar as ações de vacinação em todo o país, garantindo o acesso gratuito da população a diversas vacinas. Ao longo do tempo, o Brasil tem enfrentado desafios e avanços na área de vacinação, contribuindo para a redução de diversas doenças infecciosas e para a promoção da saúde pública.

A queda na vacinação infantil no Brasil pode ser atribuída a uma série de fatores intrincados. O crescimento da desinformação e a propagação de movimentos antivacina ganharam terreno, gerando hesitação entre os pais em relação à imunização de seus filhos. Além disso, desafios logísticos e de acesso são notáveis em um país de dimensões continentais, especialmente em regiões remotas ou economicamente desfavorecidas. Flutuações na conscientização pública sobre a importância da vacinação ao longo do tempo e eventos políticos e desafios econômicos também desempenham papéis significativos. Conflitos em algumas áreas, desigualdades sociais e instabilidade política podem afetar o acesso aos serviços de saúde, incluindo os programas de vacinação. Para reverter essa tendência, é crucial que as autoridades de saúde implementem estratégias abrangentes, incluindo campanhas educativas, melhorias na infraestrutura de saúde e abordagens específicas para diferentes grupos populacionais, visando fortalecer a imunização no país. O monitoramento constante e intervenções direcionadas são essenciais para garantir o sucesso dessas iniciativas.

A redução da cobertura vacinal no Brasil está vinculada a uma interseção de fatores específicos e complexos. A disseminação de desinformação e a presença de movimentos antivacina têm contribuído para a hesitação entre pais e cuidadores. Os desafios logísticos e de acesso são acentuados pela vasta extensão do país, dificultando o alcance de áreas remotas e economicamente desfavorecidas. A eficácia variável das campanhas de conscientização ao longo do tempo impacta a percepção pública sobre a importância das vacinas. Desigualdades socioeconômicas exacerbam disparidades no acesso



aos serviços de saúde, afetando certas comunidades de maneira desproporcional. Mudanças políticas, orçamentárias e surtos de doenças, como a pandemia de COVID-19, podem desviar recursos dos programas regulares de vacinação. Abordar barreiras culturais e educacionais também é crucial. Para reverter essa tendência, é imperativo um esforço colaborativo que inclua campanhas educativas direcionadas, melhorias na infraestrutura de saúde e medidas específicas para regiões isoladas, garantindo uma abordagem abrangente e adaptativa a esses desafios.

A redução no número de pessoas vacinadas no Brasil gera inquietação por diversas razões de grande relevância. Em primeiro lugar, a vacinação é um pilar essencial na prevenção de doenças infecciosas graves, e a diminuição da cobertura vacinal eleva substancialmente o risco de surtos de enfermidades evitáveis, tais como sarampo, poliomielite, difteria e coqueluche. Além disso, a vacinação em massa desempenha um papel crucial na construção da imunidade coletiva, reduzindo a propagação de doenças na comunidade. A ameaça à conquista de metas de saúde pública é evidente, uma vez que a queda na adesão às vacinas pode comprometer avanços previamente alcançados. Financeiramente, a carga para o sistema de saúde pode aumentar, visto que o tratamento de doenças preveníveis por vacinas pode ser dispendioso. A diminuição da vacinação também representa a perda de conquistas significativas, revertendo progressos previamente obtidos no controle de doenças infecciosas. Além disso, há o risco de comprometer a confiança do público em intervenções de saúde pública, o que poderia prejudicar a aceitação de medidas preventivas futuras. Em resposta, é imperativo implementar estratégias que enfrentem a desinformação, melhorem o acesso aos serviços de saúde e promovam a conscientização sobre a importância da vacinação tanto para a saúde individual quanto coletiva.

A vacinação desempenha um papel fundamental para as crianças no Brasil, abordando diversas dimensões da saúde infantil. Primeiramente, as vacinas são essenciais para prevenir doenças graves e, em alguns casos, fatais, como sarampo, poliomielite, difteria, coqueluche e hepatite B. Além disso, ao imunizar uma grande parcela da população infantil, a vacinação contribui para a construção da imunidade coletiva, reduzindo a disseminação de doenças na comunidade e protegendo inclusive aqueles que não podem receber as vacinas por razões de saúde. A erradicação de doenças, como a varíola, demonstra o impacto positivo e duradouro das vacinas. Essa prática não apenas protege a saúde das crianças a curto prazo, mas também contribui para a redução de custos com saúde ao prevenir doenças evitáveis, aliviando a carga do sistema de saúde. As vacinas são fundamentais para manter as conquistas alcançadas na saúde pública, e sua eficácia é crucial para assegurar um desenvolvimento infantil saudável. Em situações de emergência, como epidemias ou pandemias, a vacinação emerge como uma ferramenta essencial para conter a propagação de doenças e proteger a população de forma abrangente. Dessa forma, a vacinação é uma medida integral para garantir a saúde, segurança e



prosperidade das crianças no Brasil, sendo um investimento significativo não apenas para o bem-estar individual, mas também para o benefício coletivo.

A queda nas taxas de vacinação pediátrica pode resultar em sérias implicações para a saúde individual e coletiva. A diminuição na cobertura vacinal aumenta o risco de surtos de doenças preveníveis por vacina, como sarampo, poliomielite e coqueluche, colocando as crianças em perigo de complicações graves. Além disso, compromete a imunidade coletiva, elevando o potencial de surtos e epidemias na comunidade. A redução na vacinação também compromete as metas de saúde pública, incluindo programas de erradicação de doenças que podem ver um ressurgimento. Em situações de emergência, como epidemias ou pandemias, a queda na vacinação dificulta o controle rápido da propagação de doenças, tornando desafiador implementar medidas eficazes de saúde pública. Para mitigar essas consequências, é imperativo adotar estratégias abrangentes, incluindo ações contra a desinformação, melhorias no acesso à vacinação, conscientização sobre a importância da imunização e abordagem das barreiras sociais e econômicas que podem impedir a participação em programas de vacinação. A colaboração entre autoridades de saúde, profissionais médicos e a comunidade é fundamental para fortalecer os programas de vacinação e proteger a saúde pública.

No Brasil, algumas vacinas pediátricas podem enfrentar desafios em relação à cobertura e adesão, variando ao longo do tempo e em diferentes regiões do país. Historicamente, algumas vacinas que podem ter enfrentado desafios incluem a vacina contra a poliomielite, apesar dos esforços para erradicar a doença, a vacina contra a hepatite B, sujeita a variações na adesão, especialmente em grupos socioeconômicos vulneráveis, e a vacina contra a meningite C, que, apesar de sua importância na prevenção, pode encontrar desafios de implementação.

Outras vacinas, como a vacina contra a febre amarela, podem enfrentar desafios logísticos ou resistência em algumas áreas específicas. A vacina contra o HPV, destinada à prevenção do câncer de colo do útero, pode encontrar resistência devido a preocupações e desinformação. A vacinação contra a influenza, apesar de ser recomendada anualmente, pode variar em adesão, especialmente em grupos específicos, como crianças.

Além disso, a vacina contra o rotavírus, responsável por gastroenterites graves em crianças, pode ser negligenciada em determinadas regiões. Vale ressaltar que a situação pode evoluir ao longo do tempo, e esforços contínuos são realizados para melhorar a cobertura vacinal. Campanhas de conscientização, educação e melhorias na infraestrutura de saúde são cruciais para garantir uma adesão adequada a todas as vacinas pediátricas recomendadas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil.

Esse declínio pode resultar em um aumento alarmante nos casos de doenças preveníveis por vacina, abrangendo condições como poliomielite, hepatite B, meningite C, febre amarela, HPV, entre outras. O aumento dessas enfermidades expõe a população, especialmente as crianças, a riscos

significativos de complicações. A queda na vacinação também compromete a imunidade coletiva, uma vez que a proteção não se limita apenas aos indivíduos vacinados, mas se estende àqueles que, por motivos de saúde, não podem receber determinadas vacinas. Esse cenário torna a população mais suscetível a surtos e epidemias, colocando em risco a conquista de metas de saúde pública, incluindo programas de erradicação de doenças.

O ressurgimento de doenças evitáveis por vacinação resulta em um aumento nas hospitalizações e nos custos associados ao tratamento de casos graves, impactando diretamente o sistema de saúde, que pode enfrentar sobrecarga de recursos financeiros e humanos. Além disso, grupos vulneráveis, como crianças pequenas, idosos e indivíduos com sistemas imunológicos comprometidos, enfrentam um aumento do risco de contrair doenças infecciosas, com potenciais consequências mais severas. Em situações de emergência, como surtos ou epidemias, a diminuição nas taxas de vacinação dificulta o controle rápido da propagação de doenças, amplificando os desafios enfrentados no manejo dessas crises de saúde pública. Além disso, a queda na adesão às vacinas específicas pode contribuir para o desenvolvimento do ceticismo em relação à vacinação como um todo, criando obstáculos para futuras campanhas de vacinação e para a aceitação de novas vacinas introduzidas.

Frente a essa situação, é essencial adotar estratégias abrangentes que enfrentem as razões subjacentes à diminuição nas taxas de vacinação. Educação em larga escala, combate à disseminação de informações incorretas, aprimoramentos no acesso aos serviços de vacinação e conscientização sobre a importância da imunização são aspectos cruciais. A colaboração efetiva entre autoridades de saúde, profissionais médicos e a comunidade desempenha um papel crucial na consolidação dos programas de vacinação e na preservação da saúde pública no Brasil.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi conduzida com o objetivo de investigar os desafios e consequências associados à diminuição das taxas de vacinação pediátrica no Brasil. A metodologia adotada baseou-se na leitura e análise de artigos científicos obtidos em bases de dados renomadas, como PUBMED, MEDLINE e SciELO. A busca por publicações relacionadas ao tema ocorreu no período de 01 de Janeiro a 04 de Fevereiro de 2024, utilizando Descritores em Ciências e Saúde (DeCS) específicos, como VACINAÇÃO INFANTIL, PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE.

O processo de pesquisa foi dividido em dois momentos. Inicialmente, foram analisados 38 artigos para verificar a abordagem da temática, revisando a história da vacinação, formas de transmissão de doenças evitáveis e o impacto da queda nas taxas de vacinação infantil no Brasil. Na segunda fase, a revisão concentrou-se no aumento de casos de doenças preveníveis em crianças no

cenário nacional. A seleção de periódicos especializados em saúde pública, alinhados à realidade do agravo no país, foi priorizada devido à relevância e atualização dessas publicações.

Após a aplicação desses critérios, a pesquisa final incluiu 25 estudos científicos que foram lidos, categorizados e avaliados para a interpretação dos resultados no contexto da vacinação pediátrica em declínio no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão sistemática resultou na seleção de estudos científicos que abordaram a temática da vacinação pediátrica em declínio no Brasil. A análise desses estudos proporcionou insights significativos sobre os fatores contribuintes, impactos na saúde pública e possíveis estratégias de enfrentamento. Dentre os resultados obtidos, destacou-se uma diminuição consistente nas taxas de cobertura vacinal em crianças nos últimos anos, refletindo uma preocupante tendência de queda. Fatores multifatoriais foram identificados, incluindo barreiras de acesso aos serviços de saúde, desinformação, resistência à vacinação e desafios logísticos. Além disso, a revisão evidenciou um aumento notável de casos de doenças preveníveis por vacina em crianças não imunizadas. Doenças como sarampo, poliomielite e coqueluche foram identificadas como ressurgentes, ressaltando os riscos associados à diminuição da cobertura vacinal.

Os resultados apontam para uma realidade preocupante, onde a queda nas taxas de vacinação pediátrica no Brasil está contribuindo diretamente para o ressurgimento de doenças evitáveis. A complexidade desse cenário demanda uma abordagem multifacetada para reverter essa tendência alarmante. As barreiras de acesso aos serviços de saúde, identificadas como um dos principais fatores, destacam a necessidade de melhorias na infraestrutura e na disponibilidade de vacinas. Além disso, estratégias de conscientização pública e educação são essenciais para combater a desinformação e a resistência à vacinação, promovendo uma compreensão sólida dos benefícios das vacinas. A revisão também destaca a importância de campanhas de imunização direcionadas, focando em regiões específicas e grupos mais vulneráveis. A implementação de políticas públicas eficazes, o fortalecimento da colaboração entre autoridades de saúde, profissionais médicos e comunidades, e a promoção de iniciativas de monitoramento contínuo são aspectos cruciais para reverter o declínio nas taxas de vacinação pediátrica. Em síntese, a queda nas taxas de vacinação pediátrica no Brasil apresenta desafios substanciais à saúde pública, exigindo ação imediata e coordenada para proteger a população infantil contra doenças preveníveis e restaurar a confiança na vacinação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise revelou uma preocupante queda nas taxas de vacinação infantil no Brasil, indicando a urgência de medidas eficazes. A diminuição da cobertura vacinal contribui para o ressurgimento de



doenças evitáveis, ameaçando a saúde das crianças e as metas de saúde pública. Os desafios identificados, como barreiras de acesso e desinformação, apontam para a necessidade de ações abrangentes. Melhorias na infraestrutura de saúde, expansão do acesso a vacinas e campanhas educativas emergem como estratégias cruciais. A colaboração entre autoridades de saúde, profissionais médicos e a comunidade é fundamental. Enfrentar desafios sociais e culturais requer parcerias sólidas. A reversão da queda nas taxas de vacinação é uma prioridade de saúde pública, exigindo comprometimento conjunto para garantir um futuro mais saudável para as crianças brasileiras.

REFERÊNCIAS

SILVA, Francelena de Sousa; BARBOSA, Yonna Costa; BATALHA, Mônica Araújo; RIBEIRO, Marizélia Rodrigues Costa; SIMÕES, Vanda Maria Ferreira; BRANCO, Maria dos Remédios Freitas Carvalho; THOMAZ, Érika Bárbara Abreu Fonseca; QUEIROZ, Rejane Christine de Sousa; ARAËJO, Waleska Regina Machado; SILVA, Antônio Augusto Moura da. Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento brisa, são luís, maranhão, nordeste do brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 34, n. 3, p. 327-345, 12 mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00041717>.

RODRIGUES, Rayssa Nogueira; NASCIMENTO, Gabriela Lourença Martins do; ARROYO, Luiz Henrique; ARCÊNCIO, Ricardo Alexandre; OLIVEIRA, Valéria Conceição de; GUIMARÃES, Eliete Albano de Azevedo. Pandemia por COVID-19 e o abandono da vacinação em crianças: mapas da heterogeneidade espacial. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, [S.L.], v. 30, p. 148-156, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.6132.3641>.

FREITAS, Antoniêdo Araújo de; MOREIRA, Frankeline Gonçalves de Arêa Leão; BORGES, José Wicto Pereira; LIMA, Carlos Eduardo Batista de; RODRIGUES, Malvina Thais Pacheco; MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros. Tendência da Cobertura Vacinal em crianças de zero a 12 meses – Piauí, Brasil, 2013-2020. *Saúde em Debate*, [S.L.], v. 46, n. 5, p. 57-66, dez. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042022e505>.

Brasil. Ministério da Saúde. *Calendário de Vacinação de Criança - 2020*. 2020. [acesso em 2021 maio 24]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/as-suntos/saude-de-a-a-z/c/calendario-de-vacinacao>.

» <https://www.gov.br/saude/pt-br/as-suntos/saude-de-a-a-z/c/calendario-de-vacinacao>.

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde. *Panorama da Cobertura Vacinal no Brasil, 2020*. 2021. [acesso em 2021 set 13]. Disponível em: <https://ieps.org.br/pesquisas/panorama-da-cobertura-vacinal-no-brasil-2020/>.

» <https://ieps.org.br/pesquisas/panorama-da-cobertura-vacinal-no-brasil-2020/>.

Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica, Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações. *Imunizações – doses aplicadas* [Internet]. 2021 [cited 2022 Apr 03]. Available from: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd_pni/dpnibr.def

Ministério da Saúde. Portaria nº 3.318, de 28 de outubro 2010. Institui em todo o território nacional o Calendário Básico de Vacinação da Criança, o Calendário do Adolescente e o Calendário do Adulto e Idoso. *Diário Oficial da União* 2010; 29 out.

Domingues CMAS, Teixeira AMS. Coberturas vacinais e doenças imunopreveníveis no Brasil no período 1982-2012: avanços e desafios do Programa Nacional de Imunizações. *Epidemiol Serv Saúde* 2013; 22:9-27.

Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações. *Nota Informativa nº17 - Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações* [Internet]. 2017 [cited 2022 Apr 03]. Available from: <http://www.mt.gov.br/documents/21013/5691628/Nota+do+Ministério+da+Saúde/dbebb981-0f18-4fe8-9501-a574f46558ed>



Brasil. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS. Informações de saúde: sistemas e aplicativos. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2021. [acesso em 2021 maio 24]. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br>.
» <http://www2.datasus.gov.br>.

Silva I, Santos PFBB, Silva BCO, et al. Situação vacinal de Meningocócica C e Pneumocócica 10 valente em crianças matriculadas na educação infantil. Saude Pesqui. 2020 [acesso em 2021 ago 20]; 13(1):105-13. Disponível em:
<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/7573>.
» <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/7573>.